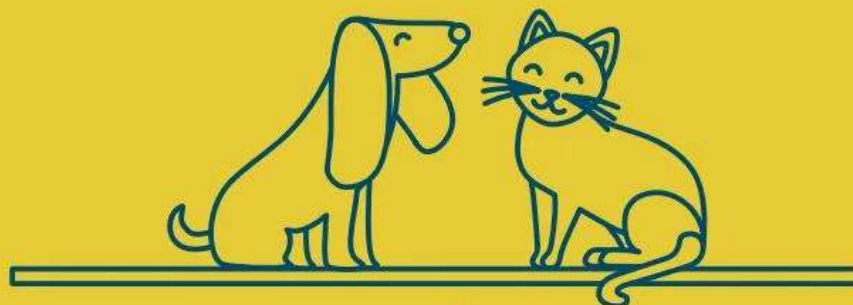


Manejo

HUMANITÁRIO E EFETIVO DE CÃES E GATOS



Manejo
**HUMANITÁRIO
E EFETIVO DE
CÃES E GATOS**



FICHA TÉCNICA

Organização: Grupo Especial de Defesa da Fauna (GEDEF)

Responsável: Luciana Imaculada de Paula

Elaboração, texto e fotos: Rosangela Ribeiro Gebara (Proteção Animal Mundial, juntamente com Departamento de animais em comunidade da *World Animal Protection* do Reino Unido)

Revisão: Melissa de Miranda

Produção: Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI-MPMG)

Projeto gráfico e diagramação: Esther Gonçalves

Revisão: Ana Paula Rocha

Prefixo Editorial: 61532

Número ISBN: 978-85-61532-20-8

Título: Manejo humanitário e efetivo de cães e gatos

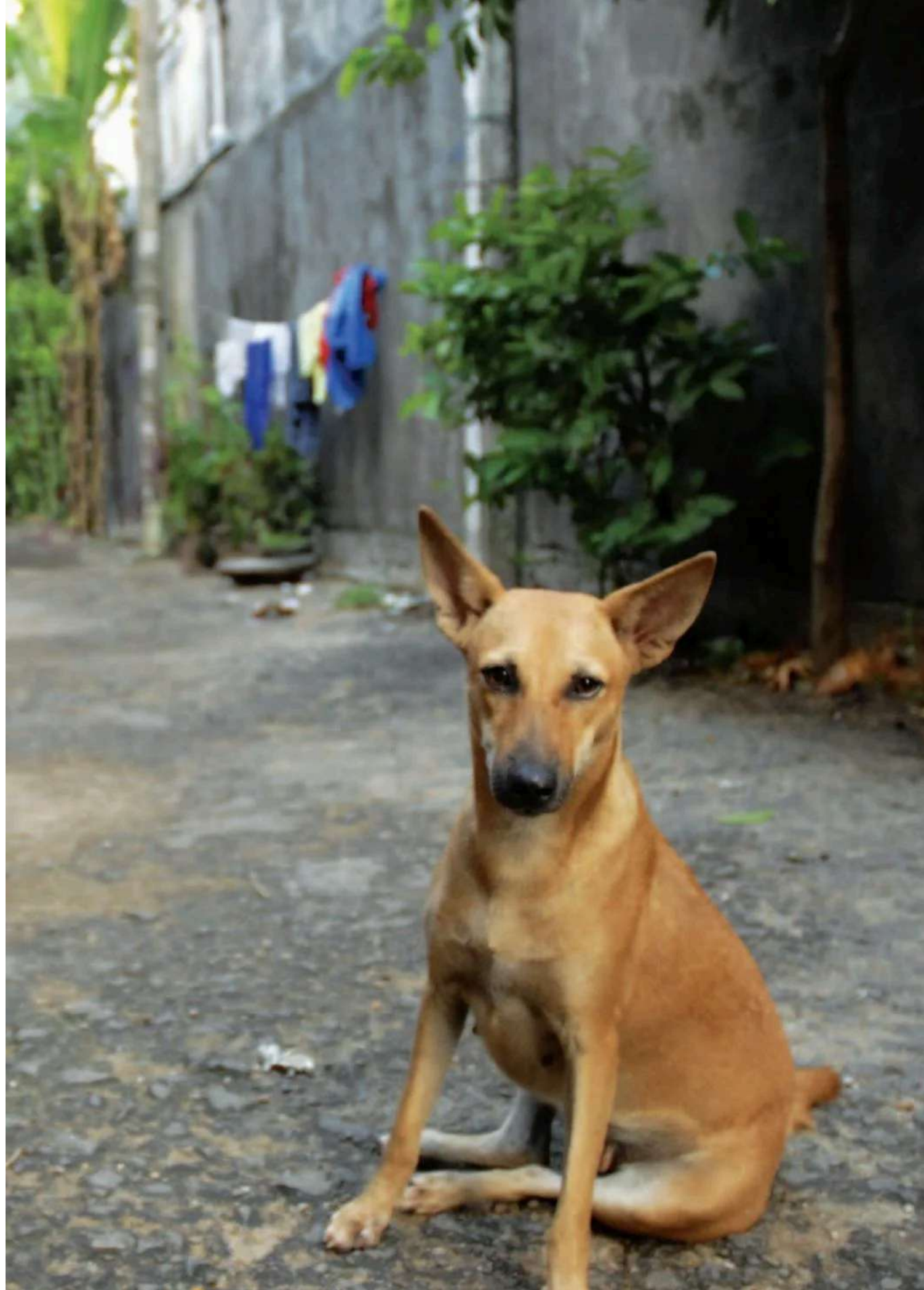
Tipo de Suporte: Digital

Belo Horizonte, 2017.

36 p.

SUMÁRIO

1	Apresentação	5
2	Introdução - Cães e gatos em comunidades	7
	Benefícios e problemas	8
3	Excesso populacional	11
	Principais causas	11
	Estratégias para lidar com o problema:	12
	Educação em guarda responsável e bem-estar animal	14
	Identificação e registro animal	14
	Controle reprodutivo	14
	Controle de zoonoses	17
	Controle e regulamentação do comércio de animais	17
	Criação de legislação específica	17
	Fiscalização	17
	Comprometimento governamental	18
	Atenção social e sanitária aos acumuladores	18
	Controle de lixo e resíduos alimentares	18
	Serviços veterinários adequados	18
	Empoderamento de líderes locais	18
	Manejo de centros de acolhimento temporário	19
	Remoção e sacrifício de animais não são soluções para controlar a população	21
4	Estimativas	23
	Por que é preciso estimar as populações canina e felina?	23
	Como estimar a taxa de castrações efetivas para controle de uma população	24
5	A importância do cão comunitário	27
	Para saber mais	27
	Projeto <i>Cão Comunitário</i> da cidade de Curitiba	28
	Projeto <i>Cão Comunitário</i> da cidade de Porto Alegre	29
6	Recomendações finais	31
7	Referências bibliográficas	33



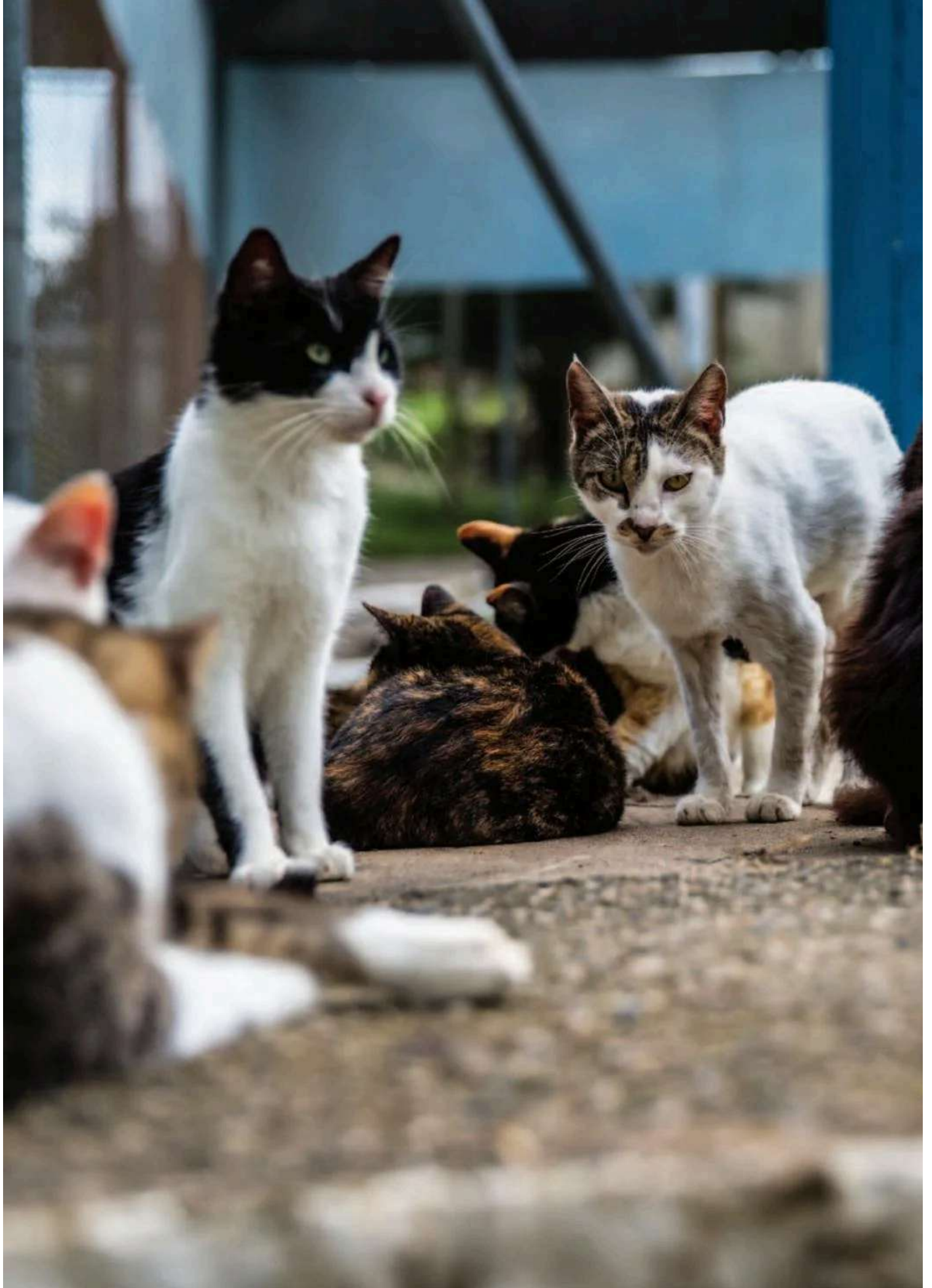
APRESENTAÇÃO

O Ministério Público defende os interesses da sociedade e tem como função zelar pela aplicação da lei, atuando nas áreas cível, criminal e de defesa do cidadão por meio das diversas Promotorias de Justiça. Um desses interesses é a defesa, em suas diversas formas, do meio ambiente. Para tanto, em auxílio aos Promotores de Justiça que atuam na defesa da fauna, foi criado, no âmbito da instituição, o Grupo Especial de Defesa da Fauna (Gedef/MPMG).

Nos dias atuais, em que as cidades se converteram em redutos ecológicos importantes, estabeleceu-se uma fauna urbana composta por muitas espécies de animais, entre eles, cães e gatos, que se adaptaram a este ambiente por diversos fatores: o aproveitamento máximo do desperdício de alimentos e da destinação inadequada de resíduos produzidos pela população, a abundância de abrigos, a ausência de predadores, a convivência amigável com os humanos, entre outros. Essas e outras condições contribuem para a permanência e o aumento da população desses animais nos centros urbanos.

Os desafios do convívio humano com cães e gatos em área urbana são inúmeros, podendo ser citadas questões como ruídos e sujeiras, atropelamentos, zoonoses e os agravos decorrentes de mordeduras. Além disso, cães e gatos vivendo nas ruas não desfrutam de situação de segurança, mas convivem diariamente com a fome, a doença, as intempéries e as agressões.

Neste contexto, em parceria com a ONG *Proteção Animal Mundial*, o Gedef idealizou o presente informe técnico, que tem a perspectiva de contribuir para o aperfeiçoamento da relação entre as pessoas, o poder público e as populações de cães e gatos nas comunidades urbanas brasileiras.



INTRODUÇÃO

CÃES E GATOS EM COMUNIDADES

Existem cerca de **700 milhões de cães no mundo**^{1, 2}. Só no Brasil, há 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos domiciliados e distribuídos pelos 27 estados. Em 44,3% dos lares, há pelo menos um cão e, em 17,7% dos domicílios, há pelos menos um gato (IBGE 2015). Em muitas comunidades, os animais vivem soltos e, segundo a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a maioria (mais de 70%) é bem cuidada e possui um tutor^{3, 4, 5, 6}.

Por outro lado, animais que já tiveram um tutor e foram abandonados nas ruas têm muita dificuldade de encontrar restos de comida ou lixo comestível. Alguns estudos demonstram que eles se encontram desnutridos, com problemas físicos e psicológicos e com a saúde debilitada.



BENEFÍCIOS E PROBLEMAS

Cães e gatos trazem muitos benefícios para a sociedade^{7, 11, 12}. Além de ambos servirem de companhia, os cães podem ser treinados para identificar doenças em seres humanos, guiar pessoas com deficiências visuais e proteger fazendas e casas. Ademais, estudos científicos apontam que os animais de companhia proporcionam efeitos positivos à saúde e ao bem-estar humano^{13, 14}.

No entanto, os cães e os gatos também podem trazer problemas para as comunidades, especialmente quando estão soltos nas ruas. São eles:

Transmissão de doenças (zoonoses): tanto para outros animais quanto para os seres humanos.

Mordeduras, arranhões e ataques: podem causar traumas físico e mental às pessoas atingidas, gerar gastos financeiros para a família e/ou para o governo e transmitir doenças. Cada tratamento pós-exposição (após mordedura e/ou arranhões) pode custar aos cofres públicos de R\$ 85,00 a R\$ 200,00 reais por agravo, dependendo do esquema proposto e das vacinas e soros utilizados.

Incômodo sonoro e contaminação ambiental: gerados pelo barulho que esses animais fazem durante as brigas, bem como pela procura por comida, o que ocasiona sujeira e problemas sanitários, pois rasgam sacos e reviram lixeiras.

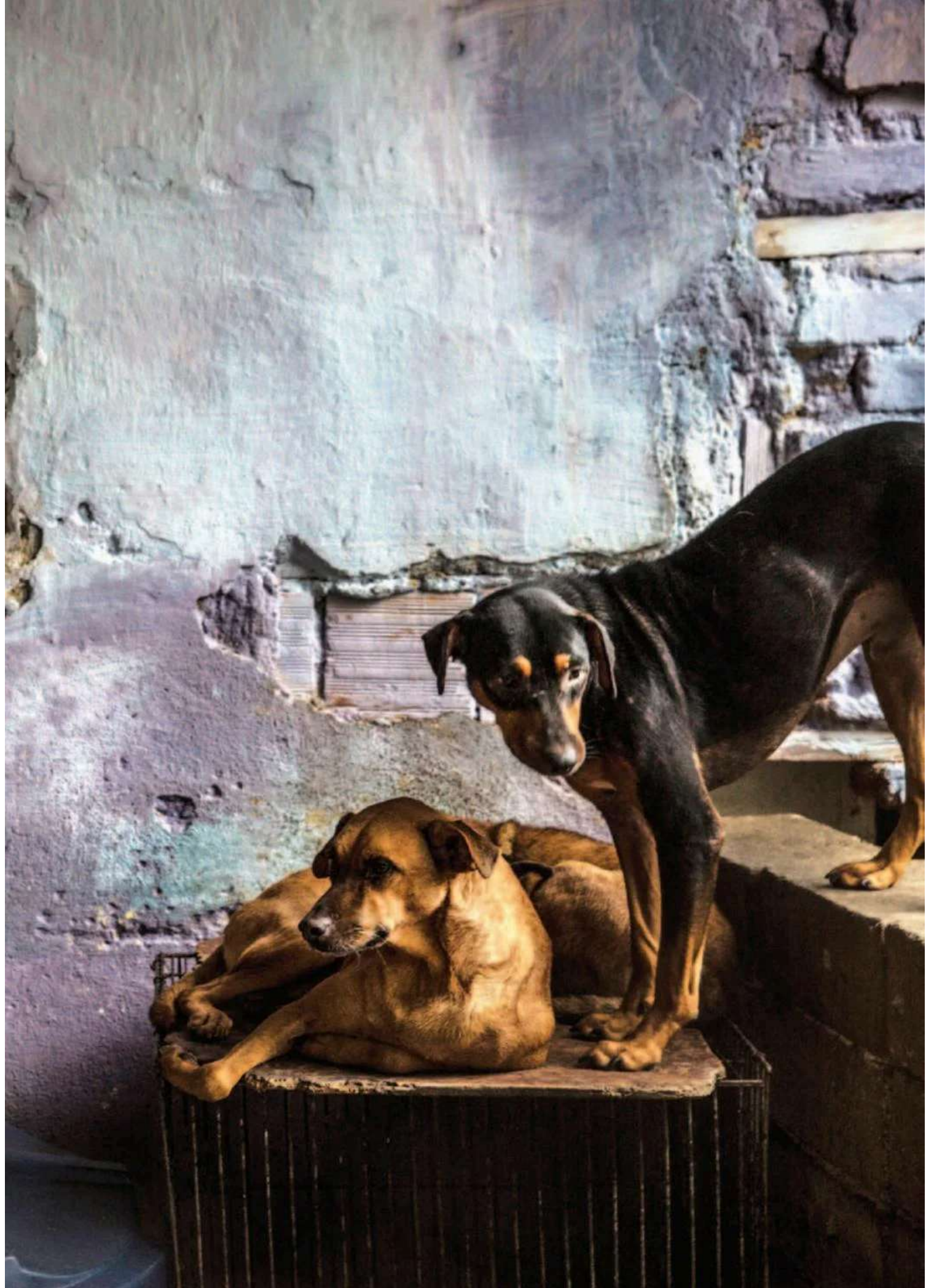
Baixo grau de bem-estar animal: ocasionado por descuido, crueldade e maus-tratos contra cães e gatos devido à percepção negativa que os humanos têm em relação a esses animais, bem como a eliminação desumana e ineficiente desses seres.

Aumento no número de acidentes de trânsito¹⁵: a presença de animais domésticos em vias públicas pode causar acidentes, que, por sua vez, ocasionam perdas financeiras para governos, concessionárias e donos de veículos, além de gerarem um impacto negativo na percepção de turistas e visitantes.



Efeitos negativos para o Poder Público e turismo^{11, 16}: aumento dos gastos públicos associados ao manejo de populações caninas e felinas, tratamento de zoonoses, remoção de cadáveres, proteção da vida selvagem e prejuízo ao turismo.

Desastres naturais ou desocupações: eventualmente, cães e gatos soltos também estão presentes em áreas que passaram por desastres naturais ou desocupações, onde as pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas e a deixar seus animais para trás. Nessas circunstâncias, os animais soltos necessitam ser manejados.



EXCESSO POPULACIONAL

PRINCIPAIS CAUSAS

A superpopulação de cães e gatos em áreas urbanas tem diferentes origens:

Falta de informação/educação: pouco conhecimento da sociedade sobre bem-estar e comportamento animal, transmissão de doenças, zoonoses e responsabilidades com o animal, como vacinação, identificação e castração.

Descaso pelo Poder Público: falta de verbas públicas e de vontade política para se investir em estratégias eficazes de manejo populacional de cães e gatos por não serem consideradas prioridade.

Falta de recursos financeiros/pobreza: escassez de dinheiro por parte da população para cuidar adequadamente de seus animais, não realizando, por exemplo, a castração cirúrgica.

Falta de responsabilidade na guarda de cães e gatos: as pessoas, muitas vezes, abandonam os animais de estimação, permitem que se reproduzam sem controle, tomam posse ou a transferem por impulso, permitem que cães e gatos andem soltos sem supervisão.

Cruzamento forçado e irresponsável: existem criadouros ilegais ou amadores que não atendem aos requisitos (legais, sanitários) específicos.

Legislação ausente ou deficiente: ausência de legislação e de fiscalização nacional ou local em relação ao bem-estar animal, ao comércio indiscriminado e à procriação desenfreada.

Reprodução descontrolada de animais soltos: cruzamento desenfreado de animais que vivem nas ruas, mesmo aqueles que possuem tutor.

Disponibilidade de alimentos que permitem a sobrevivência e a manutenção dos cães e gatos de rua: lixo em excesso, manejo de resíduos deficiente e alimentação indiscriminada a animais que vivem nas ruas.

Comércio ilegal: comércio indiscriminado de cães de raça, sem nenhum controle ou fiscalização de canis.

Ausência de coordenação de auxílio veterinário: falta de engajamento entre veterinários, prefeituras e outros atores, bem como de ferramentas e treinamento de profissionais envolvidos no manejo efetivo e sustentável das populações de cães e gatos.

ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM O PROBLEMA

No Brasil e no mundo, o excesso de cães e gatos e os conflitos dele decorrentes são rotineiramente combatidos com a remoção e eliminação dos indivíduos capturados pelos agentes públicos municipais.

Porém, os procedimentos de captura e extermínio costumam ocasionar reações contrárias e, algumas vezes, muito enfáticas por parte de uma parcela significativa

da população que não concorda com esses métodos. Além disso, a estratégia de extermínio tem custo elevado e é pouco efetiva.

A gestação de cadelas e gatas é curta (em torno de 63 dias) e tem grande potencial para produzir proles numerosas que atingem a maturidade sexual a partir dos cinco/seis meses de idade. Como a reprodução é muito acelerada, o espaço antes ocupado por um animal que foi removido e eliminado é rapidamente preenchido por novos indivíduos.

Portanto, para se implementar um programa efetivo, humanitário e sustentável de gerenciamento de populações de cães e gatos, é preciso assegurar diversas medidas permanentes, de maneira ordenada, a curto, médio e longo prazo.

Entre essas medidas, destacam-se:



EDUCAÇÃO EM GUARDA RESPONSÁVEL E BEM-ESTAR ANIMAL

Instaurar um programa permanente de educação e promoção da guarda responsável que aborde os cuidados básicos de saúde, vacinação, esterilização, vermifugação, nutrição adequada, identificação, socialização, treinamento, supervisão, brincadeiras e exercício regular, bem como a senciência e o bem-estar animal em escolas. Esses programas podem ser executados por organizações não governamentais (ONGs), veterinários e secretarias de meio ambiente e educação.

Mais e mais evidências sugerem que a população de animais de estimação em um certo local seja regulada pelo comportamento da comunidade e/ou dos tutores³⁶. É provável, portanto, que mudanças de atitudes relacionadas à guarda dos animais tenham um efeito maior no tamanho da população do que somente o controle reprodutivo.

IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DO ANIMAL

Instituir um programa governamental, mandatário e gratuito de registro e identificação dos animais domésticos, de preferência através de microchipagem dos animais, que permita o rastreamento dos tutores. Assim, coíbe-se o abandono e os maus-tratos e atribui-se maior responsabilidade aos tutores. Esse programa também servirá como ferramenta de fiscalização de legislação e de controle e pesquisa das populações de cães e gatos.

CONTROLE REPRODUTIVO

Promover programas descentralizados, permanentes e gratuitos para a prática em massa de esterilização cirúrgica de cães e gatos, machos e fêmeas, de todas as idades com o objetivo de realizar o efetivo



controle da população e prevenção do abandono e de maus-tratos. Para a saúde pública, a esterilização cirúrgica de cães e gatos assume importância não apenas para a questão de controle da população animal, mas também para a redução do número de agressões a seres humanos, uma vez que os animais esterilizados atacam menos do que os não esterilizados. Cidades que não possuem programas eficientes para o controle animal registram três vezes mais mordeduras por cães do que aquelas que têm projetos já implantados.

Um impacto positivo das campanhas de esterilização para a saúde pública relacionado à redução da densidade populacional e da taxa de abandono seria reduzir, indiretamente, o número de agressões de cães e gatos a pessoas e, por conseguinte, os custos do tratamento médico às vítimas de agressão com mordedura ou arranhaduras.

Existem diferentes métodos de controle reprodutivo, entre eles a esterilização química e o uso de anticoncepcionais, mas a esterilização cirúrgica de machos e fêmeas é, sem dúvida, a opção mais confiável, visto que o uso de anticoncepcionais é contraindicado pelos efeitos colaterais deletérios (como tumor de mama e infecção uterina) e por não ser um método permanente.

Em relação à esterilização química para cães e gatos, deve-se avaliar cuidadosamente os riscos e benefícios de utilizá-la. Pode haver efeitos colaterais se pessoas não treinadas aplicarem a substância em animais ou se estes não estiverem com a contenção apropriada. A esterilização química tem utilidade em situações específicas nas quais se faz necessário o rápido controle reprodutivo das populações de cães e gatos machos, sempre se levando em conta o custo-benefício dessa técnica em relação à castração cirúrgica.

A esterilização cirúrgica é permanente, irreversível e apresenta um ótimo custo/benefício para cães e gatos, desde que seguidas todas as recomendações dos órgãos competentes. Deve ser sempre conduzida por um médico veterinário, registrado e capacitado, e realizada em centros cirúrgicos ou em locais apropriados que sigam os requisitos propostos pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (Regulamentação CFMV nº 1080/15). Especial atenção deve ser dada ao cumprimento de padrões mínimos de excelência em cirurgia veterinária, incluindo técnicas apropriadas de assepsia, anestesia e controle da dor durante e depois do procedimento para preservar o bem-estar animal.

Os benefícios da castração são incontestáveis, pois o animal esterilizado torna-se eternamente incapaz de se reproduzir, portanto haverá menos ninhadas indesejadas, menos abandono e menos cães e gatos nas ruas. Além disso, a castração contribui para a diminuição de fugas, para a redução da agressividade, do comportamento territorial dos animais e até mesmo de mordidas em humanos, economizando-se gastos públicos com tratamento de lesões e prevenção da raiva e de outras doenças decorrentes desses agravos.

CONTROLE DE ZONÓSES

Adotar programas permanentes e anuais de vacinação e educação em saúde para o controle de doenças transmissíveis, como a raiva, a leishmaniose, a leptospirose, e para a prevenção de parasitoses em geral, aperfeiçoando a saúde pública e garantindo um melhor bem-estar dos animais.

CONTROLE E REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE ANIMAIS

Regulamentar e controlar, de forma rígida, a criação de cães e gatos para comércio, fiscalizar os *pet shops*, os canis e os criatórios registrados e os não registrados (clandestinos), além de promover a adoção desses animais.

CRIAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Criar legislação e regulamentações específicas que incluam a proibição do comércio indiscriminado; que provoquem e regulamentem as ações de promoção da saúde, identificação/registo e controle populacional através de esterilização cirúrgica; que facilitem a alocação de recursos humanos e econômicos para a realização dessas ações e que sejam efetivas na proibição e penalização de maus-tratos e abandono.

FISCALIZAÇÃO

Aprimorar as ferramentas para a fiscalização e aplicação da legislação vigente, levando em conta a repressão da negligência, da crueldade, da reprodução e comércio indiscriminado, bem como de outras práticas que colaboram para o abandono e maus-tratos de animais.

COMPROMETIMENTO GOVERNAMENTAL

Alocar recursos, realizar treinamento de equipes em manejo humanitário das populações caninas e felinas, priorizar recursos humanos e financeiros.

ATENÇÃO SOCIAL E SANITÁRIA AOS ACUMULADORES

Identificar os acumuladores de animais domésticos e iniciar programa multidisciplinar de ajuda psíquica e social para esses indivíduos, levando em conta que eles podem fazer parte do problema e da solução, dependendo das características de suas ações referentes ao controle populacional.

CONTROLE DE LIXO E RESÍDUOS ALIMENTARES

Melhorar o manejo ambiental, instituindo regras mais rígidas para descarte de lixo e resíduos alimentares, limpeza em áreas comerciais e descarte adequado.

SERVIÇOS VETERINÁRIOS ADEQUADOS

Promover treinamento de veterinários e convênios com escolas veterinárias para a implementação de um plano de manejo efetivo, sustentável e humanitário das populações caninas e felinas.

EMPODERAMENTO DE LÍDERES LOCAIS

Selecionar e envolver os líderes locais na busca de soluções e na elaboração de projetos.



MANEJO DE CENTROS DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Apesar de muitas comunidades ao redor do mundo aceitarem bem cães e gatos soltos nas ruas, os centros de acolhimento – lares transitórios, abrigos, centro de adoção e santuários – ainda são a melhor opção para o cuidado dos animais, principalmente quando eles estão doentes ou com alguma alteração comportamental. Esses centros de adoção são áreas seguras onde os animais abandonados ou em situação de perigo podem se refugiar e se recuperar de doenças, além de serem um ponto de encontro para animais perdidos e seus donos.

No entanto, esses locais geram alto custo de manutenção, fornecem solução temporária e não devem ser reconhecidos, pelos municípios, como solução para o problema do excesso populacional de animais de rua, mas sim como parte de um amplo programa de controle das populações de cães e gatos o qual preveja todas as medidas anteriormente expostas, como educação da sociedade, esterilização de animais em massa, identificação e controle do comércio.

Uma parceria entre centros de adoção e clínicas veterinárias também pode ser uma forma de educar a comunidade sobre guarda responsável de animais.

É importante que exista registro e controle desses locais para melhoria das condições de vida dos animais abrigados, por meio de ações de esterilização, vacinação, eutanásia, melhora do bem-estar animal e elevação dos índices de adoção. Problemas relacionados ao bem-estar animal, como transmissão de doenças e alterações comportamentais, podem ser resultado de superlotação ou má administração.

Além disso, esses locais devem ter um responsável técnico em veterinária (credenciado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV), pois os animais recebidos podem estar doentes, malnutridos ou feridos.

REMOÇÃO E SACRIFÍCIO DE ANIMAIS NÃO SÃO SOLUÇÕES PARA CONTROLAR A POPULAÇÃO

Infelizmente alguns governos municipais já recorreram à remoção e ao sacrifício indiscriminado de animais de rua com o objetivo de controlar a disseminação de

doenças zoonóticas, resolver a questão da sujeira e da contaminação fecal e diminuir os gastos relativos às mordeduras. Acreditava-se que essa era uma maneira rápida e de baixo custo para resolver esses problemas^{17,18,19}. Porém, pesquisas atuais indicam que as atividades de remoção e sacrifício, além de cruéis e inaceitáveis do ponto de vista ético e legal, são caras e totalmente ineficazes para o controle, a médio e longo prazo, das populações de cães e gatos de rua^{19,20,21}.

As populações canina e felina podem diminuir em tamanho e densidade imediatamente após o sacrifício, mas, depois, os números aumentam rapidamente². A redução imediata do número de cães e gatos após o sacrifício é normalmente transitória. Os tutores substituem seus cães ou gatos que morreram por novos animais, que poderão andar livremente outra vez^{7 22}.

O sacrifício também pode ter um efeito negativo na cobertura vacinal contra a raiva, uma vez que a matança indiscriminada normalmente inclui animais que têm tutores e estão saudáveis e vacinados. Conforme os tutores substituem seus cães por filhotes novos e não vacinados^{7 22}, a transmissão de zoonoses aumenta, tendo em vista que a imunidade da população* diminui¹⁹.

Isso demonstra que o sacrifício de cães e gatos de rua de uma determinada área não resolve o problema a médio e longo prazo. O que acontece, na verdade, é o “efeito vácuo”: após a diminuição do número de animais de uma área (bairro ou região), outros animais de outras áreas adentram nessa região porque não existe mais disputa por território e há excedente de recursos alimentares e de espaço. Assim, qualquer redução na densidade populacional por meio de um aumento na mortalidade é rapidamente compensada por aumento na reprodução e sobrevivência dos que restaram.

***Imunidade da população:** imunidade que ocorre quando uma proporção significativa da população é vacinada (pelo menos 70%) fornecendo uma barreira de proteção aos que não foram vacinados.



ESTIMATIVAS

POR QUE É PRECISO ESTIMAR AS POPULAÇÕES CANINA E FELINA?

A estimativa de cães e gatos que ocorrem juntos em um determinado local é útil no processo de gerenciamento de populações para conhecimento da rotina da área a ser estudada e adequação do projeto às políticas públicas. A coleta desse dado também é importante antes e depois das intervenções, para que se avalie a efetividade e o impacto das ações propostas.

As contagens da população de animais de estimação podem ser combinadas com questionários destinados à população humana a fim de determinar quais fatores são mais significativos para a existência e manutenção das populações de cães e gatos de rua. Com isso, é possível definir qual o tipo e o tamanho da intervenção necessária, além de sugerir metas ou indicadores a serem utilizados para avaliação do progresso das medidas implantadas.

Com a intervenção em andamento, as estimativas adicionais podem ser úteis para detectar alterações no número de cães e gatos de rua e, combinadas a outros fatores (como a incidência de mordidas e o prevaecimento de doenças nas populações caninas ou felinas), podem indicar a eficácia da intervenção.

Para estimar a população de animais com tutores, podemos utilizar os censos governamentais anuais feitos em alguns municípios que aplicam questionários de casa em casa ou até mesmo utilizar o número encontrado nas campanhas de vacinações antirrábicas anuais, mas sempre lembrando que esses dados são inferiores ao número real, pois a campanha de vacinação não atinge 100% dos animais.

Outra possibilidade é empregar ferramentas que utilizam amostragens e estimativas, como o *software* CAPM, que foi desenvolvido especificamente para dar suporte ao planejamento, implementação e monitoramento de programas de manejo populacional, com foco nos animais domiciliados. Esse *software* é gratuito e sua documentação está disponível no site <http://oswaldosantos.github.io/capm>.

COMO ESTIMAR A TAXA DE CASTRAÇÕES EFETIVAS PARA CONTROLE DE UMA POPULAÇÃO

De acordo com Amaku, “é difícil estimar um número desejável de castrações que seja efetivo para reduzir a população de cães com tutores ou errantes, particularmente em curtos períodos de tempo. Essa questão não é simples, porque depende de fatores culturais, sociais, econômicos e comportamentais relacionados à guarda responsável de animais. Podemos considerar que as taxas mais efetivas são as que atingem mais de 80% ao ano. Esse número deve ser contínuo através dos anos”.

A esterilização cirúrgica ainda é reconhecida como o método de eleição para o controle reprodutivo permanente, mas, por outro lado, só a implantação de um programa de esterilização sem a implantação dos outros componentes não é suficiente para estabilizar uma população.

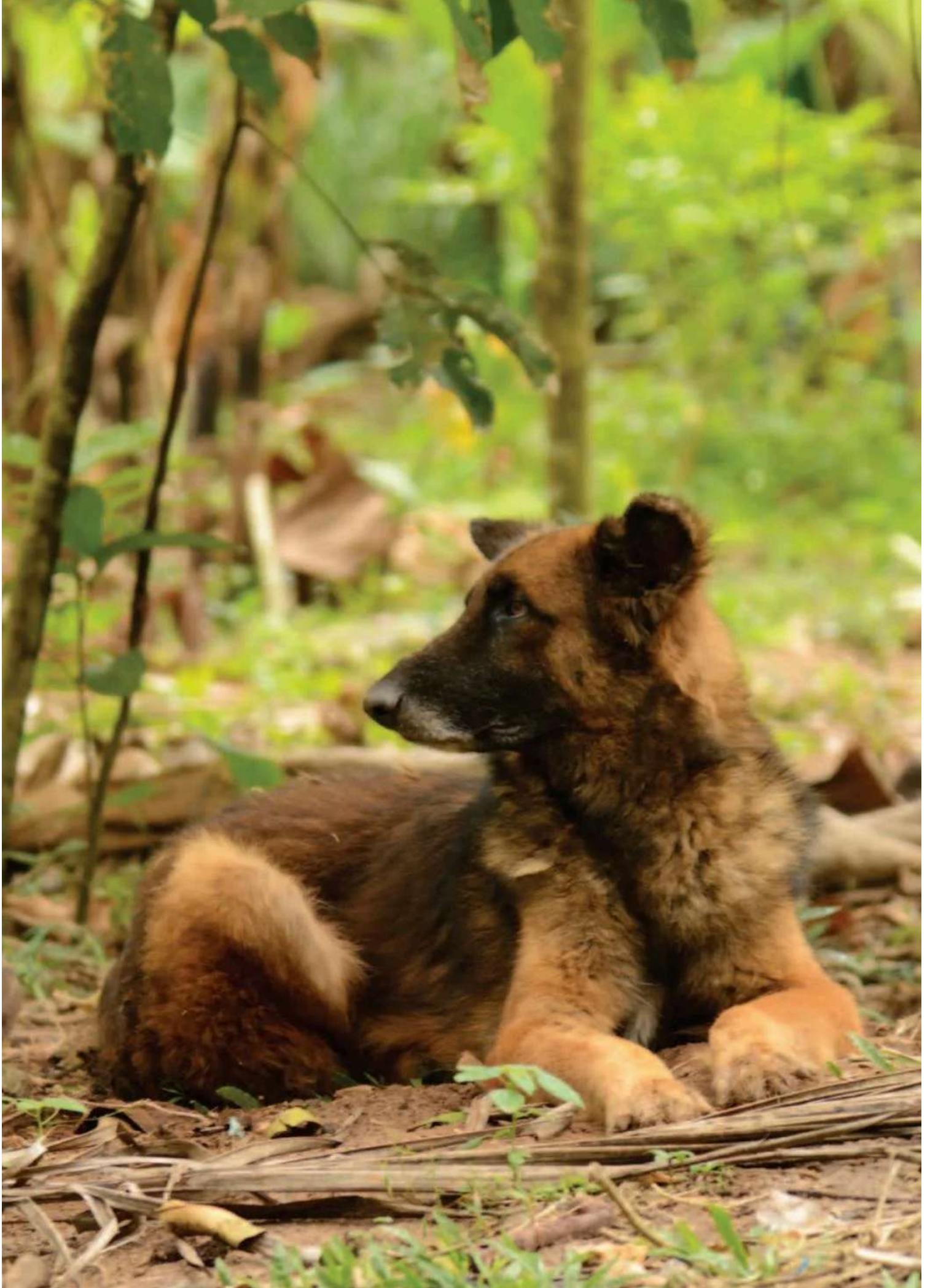
Em algumas cidades, a esterilização não obteve os resultados desejados devido a uma taxa de esterilização baixa¹³. Porém, modelos matemáticos demonstram que



a esterilização aplicada continuamente ao longo do tempo é capaz de reduzir a densidade populacional canina se não houver importação de animais de outras áreas.

Ainda, mesmo para altas taxas de esterilização (por exemplo, 0,80 ano⁻¹), uma redução de 20% na densidade populacional seria notada apenas depois de aproximadamente cinco anos de campanhas de esterilização, ou seja, o impacto desse tipo de programa de rotina não seria notado imediatamente.

A expectativa era que campanhas de esterilização levassem à redução da taxa de abandono. Mas, na verdade, o que vemos é que a redução das taxas de abandono depende da qualidade da guarda responsável de animais. Portanto, é difícil idealizar como a esterilização afetaria os índices de abandono. Mesmo com campanhas educacionais para promover a guarda responsável, sua efetividade depende da resposta da população, o que, por sua vez, depende de aspectos sócio-culturais³⁷.



A IMPORTÂNCIA DO CÃO COMUNITÁRIO

Considera-se cão comunitário aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido. Muitas cidades identificam, cadastram e registram animais como comunitários para integrarem um programa humanitário de gerenciamento e controle da população canina.

Os cães comunitários podem exercer um papel socioeducativo que fortalece na população local a empatia, os deveres e as responsabilidades pelos animais domésticos, principalmente por aqueles que estão em condições mais vulneráveis (abandonados). Manter animais comunitários sadios (vacinados, esterilizados, vermifugados) em determinada área dificulta a entrada de animais sem controle sanitário no mesmo local, pelas características territoriais de espécie.

PARA SABER MAIS

Separamos alguns exemplos de legislações e iniciativas que discorrem sobre a proteção aos cães comunitários no Brasil:

LEI Nº 12.916, DE 16 DE ABRIL DE 2008 - Estado de São Paulo. *Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.*

LEI MUNICIPAL Nº 4.956, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008 - Município do Rio de Janeiro. *Dispõe sobre o animal comunitário, estabelece normas para seu atendimento no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

LEI Nº 13.193, DE 30 DE JUNHO DE 2009 - Estado do Rio Grande do Sul. *Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos de rua no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*



PROJETO *CÃO COMUNITÁRIO* DA CIDADE DE CURITIBA

<http://www.curitiba.pr.gov.br/tv/conheca-o-projeto-caes-comunitarios/2925>

Um bom exemplo de manejo humanitário e efetivo de cães no Brasil é o projeto intitulado *Cão Comunitário*, realizado na cidade de Curitiba/PR e tem por objetivo cuidar diretamente do manejo sanitário de cães que se enquadram nesse perfil e que moram nos terminais de ônibus e parques da cidade.

Todos os cães que participaram desse projeto foram identificados por microchipagem, passaram por exames clínicos e complementares, receberam tratamento contra endo e ectoparasitas, foram vacinados contra raiva e doenças espécie-específicas e esterilizados cirurgicamente, bem

como receberam coleiras com identificação. As ações foram organizadas e efetuadas pela Rede de Defesa e Proteção Animal da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Curitiba, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

O projeto cadastrou 49 cães no período de fevereiro/2013 a agosto/2014, sendo 95,92% (47/49) em terminais de ônibus e 4,08% (02/49) em parques. Do total de animais participantes, 26,53%(13/49) foram adotados, 8,16%(04/49) desapareceram e 8,16% (04/49) vieram a morrer devido a problemas de saúde (01/04) e a atropelamentos (03/04), sendo todos residentes de terminais de ônibus. Atualmente 57,14% (28/49) permanecem ativos. O programa ainda está em andamento, e, comparando as taxas de adoção (26,53%) versus óbitos e desaparecimentos, ambos 8,16%, notamos uma resposta positiva, ressaltando o potencial de adoção desses animais. Também observamos que o número de animais acompanhados nos locais monitorados se estabilizou, considerando o fato de que cães comunitários são territorialistas, evitando, assim, a instalação de cães errantes.

Apesar dos riscos iminentes na manutenção desses animais (como atropelamentos, doenças e maus-tratos) em ambientes de grande circulação de pessoas e veículos, ressalta-se a contribuição dos cães comunitários no manejo populacional e no seu alto potencial de adoção.

O projeto *Cão Comunitário* é um bom exemplo e consegue se sustentar em Curitiba por vários fatores presentes na cidade: demanda e aceitação do serviço pela população, presença de uma política favorável, qualidade dos transportes, incluindo os terminais de ônibus e o bom planejamento urbano em relação aos parques.

PROJETO CÃO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?reg=655&p_secao=32



RECOMENDAÇÕES FINAIS

Os animais domésticos, principalmente cães e gatos, estão inseridos na sociedade de maneira integral e definitiva. Hoje, grande parte dos municípios brasileiros enfrentam problemas com o excesso populacional desses animais, o que acaba gerando uma série de problemas. Maus-tratos, abandono, casos de mordeduras, problemas sanitários causados por acumuladores, acidentes de trânsito, comércio indiscriminado, epidemias zoonóticas e até mesmo problemas com atividades de turismo são as principais dificuldades enfrentadas pelos animais de rua.

Não há uma única fórmula para lidar com esses desafios. Por essa razão, é imprescindível ao gestor entender as causas e as particularidades de seu município, quantificar o tamanho das populações canina e felina e os grupos de animais comunitários, assim como entender a dinâmica populacional da região onde habitam.

Todos esses problemas podem e devem ser trabalhados por meio de políticas públicas permanentes e específicas que envolvam programas multidisciplinares, sustentáveis e humanitários de manejo de animais domésticos que, por sua vez, incluam projetos permanentes de castração, de educação em guarda responsável, de registro e identificação, de fiscalização do comércio, de promoção da adoção, legislação, bem como esforços para melhorar a fiscalização e coibir o abandono.

A legislação cumpre um papel importantíssimo nesse tema, assegura que esses programas sejam realizados de maneira correta, humanitária e sustentável e certifica que sejam amplos e multidisciplinares. As leis precisam ser abrangentes e devem incluir responsabilidades e deveres de diferentes setores governamentais, fiscalização e punição de maus-tratos, controle do comércio de animais, fiscalização dos serviços municipais de controle e remoção de animais, canis municipais, cães sem tutores (cães comunitários), medidas preventivas e alocação de recursos que viabilizem a sustentabilidade dos programas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1)** Massei, G.; Miller, L. (2013) A review of the interactions between free-roaming domestic dogs and wildlife. *Theriogenology* 80: 829-838.
- 2)** J. Hughes, D.W. Macdonald (2013) A review of the interactions between free-roaming domestic dogs and wildlife. *Biological Conservation*. 157, pp. 341-35.
- 3)** Morters. M., Bharadwaj.S.,Whayc. H., Cleaveland.S.,Damriyasa. I & Wood. J. (2014) Participatory methods for the assessment for the ownership status of free-roaming dogs in Bali, Indonesia, for disease control and animal welfare. *Preventive Veterinary Medicine*. 116(1-2) pp. 203-208.
- 4)** Kaare, M., Lembo, T., Hampson, K., Ernest, E., Estes, A., Mentzel, C. & Cleaveland, S. (2009) Rabies control in rural Africa: evaluating strategies for effective domestic dog vaccination. *Vaccine* 27, pp. 152–160.
- 5)** Butler, J.R.A., Bingham, J., (2000) Demography and dog-human relationships of the dog population in Zimbabwean communal lands. *Veterinary Record* 147, pp. 442–446.
- 6)** Belsare, A. & Gompper, M. (2013) Assessing demographic and epidemiologic parameters of rural dog populations in India during mass vaccination campaigns. *Preventative Veterinary Medicine* 111, pp. 139–146.
- 7)** Morters. M et al (2014) The demography of free-roaming dog populations and applications to disease and population control. *Journal of Applied Ecology*. 51 pp. 1096-1106.
- 8)** Cleaveland, S., Kaare, M., Tiringa, P., Mlengeya, T. & Barrat, J., (2003) A dog rabies vaccination campaign in rural Africa: impact on the incidence of dog rabies and human dog-bite injuries. *Vaccine* 21(17-18), pp. 1965–1973.
- 9)** Kayali, U., Mindekem, R., Yemadji, N., Vounatsou, P., Kanninga, Y., Ndoutamia, A. & Zinsstag, J., (2003) Coverage of pilot parenteral vaccination campaign against canine rabies in N'Djamena, Chad. *Bulletin of the World Health Organization* 81, pp. 739–745.
- 10)** Matter, H., Wandeler, A., Neuenschwander, B., Harischandra, L. & Meslin, F. (2000) Study of the dog population and the rabies control activities in the Mirigama area of Sri Lanka. *Acta Tropica*. 75(1), pp. 95–108.
- 11)** Food and Agriculture Organization (2014) Dog population management. *FAO/World Animal Protection/ICT*. <http://www.fao.org/3/a-i4081e.pdf> (accessed 15 October 2014).

- 12)** Hiby, E. (2013) Dog Population Management IN: C.N.L. Macpherson. C. et al. (Eds) Dogs, Zoonoses and Public Health. CABI Publishing, pp. 177-204.
- 13)** Turner. D., Waiblinger. E. & Meslin. F. (2013) Benefits of the Human-Dog Relationship IN: C.N.L. Macpherson. C. et al. (Eds) Dogs, Zoonoses and Public Health. CABI Publishing, pp. 13-23.
- 14)** Serpell, J. (1991) Beneficial effects of pet ownership on some aspects of human health and behaviour. *Journal of the Royal Society of Medicine*. 84(12), pp. 717-720.
- 15)** Butcher. R. & Keuster. T. (2013) Dog-Associated Problems affecting Public Health and Community Well-being. IN: C.N.L. Macpherson. C. et al (Eds) Dogs, Zoonoses and Public Health. CABI Publishing, pp. 24-42.
- 16)** Wandeler. A., Bingham. J. & Meslin. F. (2013) Dogs and Rabies IN: C.N.L. Macpherson. C. et al (Eds) Dogs, Zoonoses and Public Health. CABI Publishing, pp. 43-66.
- 17)** Huffington Post (2014) Was the Romanian stray dog killing law based on false information?. http://www.huffingtonpost.co.uk/rita-pal/romania-stray-dogs_b_5792862.html (accessed on 2 December 2014).
- 18)** Jakarta Post (2014) Stray dogs must be culled, Bali governor says. <http://www.thejakartapost.com/news/2014/06/27/stray-dogs-must-be-culled-bali-governor-says.html> (accessed on 2 December 2014).
- 19)** World Animal Protection (2013) Controlling rabies. One humane solution, three reasons why. http://www.worldanimalprotection.org/sites/default/files/int_files/controlling_rabies-one_humane_solution.pdf (accessed on 3 December 2014).
- 20)** WHO (2013) Expert Consultation on Rabies, second report. Section 9. Report number: TRS 982.
- 21)** Haesler, B., Gregory. N., Bennani. H., Gilbert. W., Fornace. K. & Rushton. J. (2012) Evaluation of rabies control in the province of Bali, Indonesia: A comprehensive framework to evaluate rabies control strategies taking into account economics, animal welfare, epidemiology, social acceptability and ethics. London, UK: Royal Veterinary College.
- 22)** Cleaveland. S et al. (2014) The changing landscape of rabies epidemiology and control. *Journal of Veterinary Research*. 81(2) 8 pages. doi: 10.4102/ojvr.v81i2.731
- 23)** International Companion Animal Management Coalition (2008) Humane dog population management guidance. http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_English.pdf (accessed on 20 October 2014)
- 24)** Beck. A. (2013) The Human-Dog Relationship: A tale of Two Species IN: C.N.L. Macpherson. C. et al. (Eds) Dogs, Zoonoses and Public Health. CABI Publishing, pp. 1-12.
- 25)** OIE (2014) Terrestrial animal health code – Chapter 7.7 Stray dog population control. http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre_aw_stray_dog.htm (accessed on 17 September 2014).

26) One Health Initiative, About the One Health Initiative. <http://www.onehealthinitiative.com/about.php> (accessed on 20 October 2014).

27) World Animal Protection (formerly WSPA) (2007) Surveying Roaming Dog Populations: guidance and methodology <http://www.icam-coalition.org/downloads/Surveying%20roaming%20dog%20populations%20-%20guidelines%20on%20methodology.pdf> (Accessed on 4 February 2015).

28) Totton, S., Wandeler, A., Zinsstag, J., Bauche, C., Ribble, C., Rosatte, R. & McEwen, S. (2010) Stray dog population demographics in Jodhpur, India following a population control/rabies vaccination program. *Preventive Veterinary Medicine*. 97, pp. 51-57.

29) Reece, J. & Chawla, S. (2006) Control of rabies in Jaipur, India, by the sterilisation and vaccination of neighbourhood dogs. *Veterinary Record*. 159, pp. 379-383.

30) DEFRA (2014) Taking Your Pet Abroad. <https://www.gov.uk/take-pet-abroad> (accessed on 10 November 2014).

31) World Animal Protection (2014) Policy Position Euthanasia. Organisational policy document. World Animal Protection, WC1X 8HB.

32) Van Teijlingen, J.; Hundley (2002) *Nursing Standard. The Importance of Pilot Studies*. 16(40), pp. 33-36.

33) Shapiro, J. (2011) Monitoring and Evaluation. CIVICUS. <http://www.civicus.org/new/media/Monitoring%20and%20Evaluation.pdf> (accessed on 9 December 2014).

34) Trotman, M. (year unknown) Regional realities: Impact of stray dogs and cats on the community. Impact on economy, including tourism. Impact on livestock, wildlife and the environment. http://www.hsi.org/assets/pdfs/regional_realities.pdf (accessed 15 December 2014).

35) Webster, D (2013) The economic impact of stray cats and dogs at tourist destinations on the tourism industry. <http://www.candiinternational.org/images/pdf/the%20economic%20impact%20of%20stray%20cats%20and%20dogs%20at%20tourist%20destinations%20on%20the%20tourism%20industry%20may%202013.pdf> (Accessed on 8 April 2014)

36) Matter, H. & Daniels, T. (2000) 'Dog ecology and population biology'. C.N.L. Macpherson, F.X. Meslin, A.I. Wandeler (Eds.), *Dogs, Zoonoses and Public Health*, CABI Publishing, New York, pp. 17-62.

37) Amaku M, Dias RA, Ferreira F. Dinâmica populacional canina: potenciais efeitos de campanhas de esterilização. *Rev Panam Salud Publica*. 2009;25(4):300-4.



FOTO: Krista Mangulsone



SCI - Superintendência de Comunicação Integrada MPMG



PROTEÇÃO
ANIMAL MUNDIAL

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais